

ASSOCIAÇÃO CASA DA CRIANÇA DE SANTOS NA PRIMEIRA REPÚBLICA: CONCEPÇÕES DE INFÂNCIA

VIEIRA, Marina Tucunduva B. Porto – UNISANTOS

GT: História da Educação / n.02

Agência Financiadora: Não contou com financiamento

INTRODUÇÃO

A Associação Casa da Criança de Santos foi fundada em treze de maio de 1889, pelo Dr. José Xavier Carvalho de Mendonça e por Aureliano de Souza Nogueira da Gama, pessoas de destaque na sociedade santista. Inicialmente chamava-se Asilo de Órfãos e Assistência à Infância Desvalida e tinha sede à Rua Xavier da Silveira, 4. Desde 1898 funciona na Avenida Conselheiro Rodrigues Alves, 120, antiga Avenida Taylor. Existe, portanto há quase 115 anos. Inicialmente, sua finalidade foi prover subsistência a crianças órfãs. A criação e manutenção da Instituição foram possíveis graças a donativos de pessoas e de firmas da cidade de Santos. A princípio a supervisão do Asilo estava a cargo das esposas dos diretores, tendo passado, em 6 de fevereiro de 1890 para religiosas da Congregação Feminina das Irmãs do Coração de Maria que ali permaneceram até o ano de 1984.

Na época, a cidade de Santos vivia um período econômico áureo, com a exportação do café. A cidade se expandiu e se modernizou. Começaram as obras de reurbanização, com o alargamento de ruas, a construção de armazéns para armazenagem do café, adequação do centro comercial em expansão e a construção de um cais de pedra para o atracadouro dos navios. De forma geral, houve um aumento significativo da população, decorrente da ampliação da oferta de empregos na cidade. Muitos imigrantes também vieram em busca de novas perspectivas de vida através do trabalho. Estes imigrantes deixavam a família de origem em sua terra natal e, no período do final do século, chegaram a constituir uma porção significativa da população santista. Por outro lado, a cidade atravessou períodos de epidemias em função da falta de saneamento básico. Chegou a ficar conhecida como *città maledetta* por conta disto. No ano de 1889, nos meses de fevereiro, março e abril, houve uma epidemia de febre amarela na cidade. (Pereira, 1996) Muitas crianças ficaram órfãs. Aquelas que eram de família imigrante, por não terem quem as acolhesse, foram as mais prejudicadas. Criou-se, assim, um problema de ordem social, o qual o novo Asilo veio a atender.

Kishimoto (1988) salienta que a função dos asilos infantis, nesta ocasião, era atender as necessidades primárias imediatas dos desamparados, dando-lhes alimentos, roupas e abrigo. Acreditava-se que desta forma estaria garantida sua inserção normal na sociedade. Alguns orfanatos também se preocupavam em criar condições para que as crianças atendidas pudessem reassumir a condução de suas vidas quando saíssem da Instituição. Alguns asilos infantis passaram a incluir, no decorrer do tempo, a escolarização de seus internos. Esta tendência, segundo a autora, acrescida da tendência em se conjugar diversas posições teóricas, quer no campo das idéias, quer no campo das práticas docentes, repete a história universal da pré-escola.

Esta pesquisa pretende conhecer quais concepções de infância estariam subjacentes às propostas de atendimento da Instituição, no decorrer da Primeira República (1889-1930). Sabe-se, de antemão, que diferentes linhas de ação foram desenvolvidas neste período.

O objetivo é conseguir isto através da análise do perfil das crianças atendidas, sua origem e destino, tempo de permanência e formas de atendimento dispensadas a elas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Quinteiro (2002) destaca a dificuldade do consenso no que se refere à definição de infância. O pesquisador, na tentativa de definir este conceito, encontra categorias “tais como: idade dos sujeitos, o tempo de duração da infância, o espaço destinado à infância, a organização institucional organizacional para a infância, a legitimidade da escola no processo de socialização das crianças, o próprio processo de socialização.”

Kuhlmann e Fernandes (2004) diz que podemos entender o termo infância como “a concepção ou a representação que os adultos fazem sobre o período inicial da vida, ou como o próprio período vivido pela criança.”

Em minha pesquisa bibliográfica encontrei o termo utilizado com significados variáveis, mas sem um aprofundamento do que se entende por ele.

Kramer (1995) relata que a idéia de infância não existiu sempre e de uma mesma maneira. Ela apareceu com a sociedade capitalista, quando mudou o papel social e a inserção da criança na sociedade. Os estudos de Philippe Áries, historiador francês, também assinalam o surgimento tardio deste sentimento de infância, da consciência de que a criança é diferente do adulto. Assim, o conceito de infância é determinado

historicamente de acordo com as modificações sofridas pela sociedade. Isto implica que a concepção de infância como uma categoria única e permanente não é possível. Está sempre relacionada ao momento, local e atores sociais.

A infância pode ser entendida como um período natural do desenvolvimento humano ou como uma condição existencial. Neste trabalho será entendida da segunda forma.

Segundo Wartofsky (1999): “...a criança é um agente na sua própria construção e na construção do mundo, mas um agente cuja ação desenvolve-se no contexto de uma *práxis* inelutavelmente social e histórica, que inclui tanto as sujeições e potencialidades da natureza como as ações de outros agentes.”

Assim sendo, a criança não é vista como tendo um conjunto de potencialidades pré-determinadas a serem desenvolvidas, nem como um indivíduo a ser controlado, mas um indivíduo com determinadas características biológicas que irá se fazendo Homem no decorrer de sua existência.

Neste mesmo sentido, Kohan (1999) afirma: “Não há crianças por natureza. Tampouco há adultos por natureza.”

Quinteiro (2002) cita um conjunto de idéias que sociólogos consideram necessários levar em conta nos estudos da infância, dentre elas o fato de esta ser uma construção social, ser variável e estar relacionada à classe social, sexo e pertencimento étnico, e também que as crianças devem ser estudadas como atores na construção de sua vida social e da vida daqueles que as cercam.

Kennedy, em sua obra datada de 1999, afirma que: “A filosofia da infância é ao mesmo tempo enriquecida e dificultada pela descoberta de que a infância tem tido e pode ter diferente significação para crianças e adultos em diferentes culturas e períodos históricos.”

Assim, a concepção de infância está relacionada ao contexto sócio-histórico. A significação que a infância tinha no Orfanato, objeto da pesquisa, durante a Primeira República, nos permitirá melhor compreensão, quer da visão que os adultos tinham da criança, quer das relações adulto/criança, estabelecidas com base neste olhar.

METODOLOGIA

Está sendo feita uma pesquisa histórica, iniciada com a análise documental: os livros de matrícula, livros de atas, regimentos internos e outras fontes disponíveis que possam contribuir para o objetivo deste trabalho. Paralelamente, está em andamento uma pesquisa bibliográfica, com o objetivo de melhor compreensão do tema pesquisado.

RESULTADOS PARCIAIS

Até o momento foram coletados alguns dados, através de um dos livros de matrícula. O primeiro grupo de crianças acolhidas é constituído por cinco crianças de uma mesma família, que ingressaram no dia 21 de março de 1889. Entre esta data e a chegada das irmãs, em fevereiro de 1890, já estavam abrigadas trinta e cinco crianças. De início, o contingente de crianças estrangeiras ou filhas de estrangeiros foi muito grande. Os encaminhamentos destas crianças foram feitos através dos consulados, responsáveis estes que eram pelo seu destino, na ausência de genitores e familiares. Não era conhecida a idade precisa da maioria das crianças, pelo menos até o ano de 1900. Nos livros referem-se às crianças como tendo aproximadamente 3 anos, 8 anos e assim por diante. Muitas mães, ao ficarem viúvas, deixavam lá seus filhos para buscá-los meses ou até alguns anos mais tarde. Os registros nem sempre foram feitos sistematicamente, havendo, de tempos em tempos, uma acareação entre quais crianças estavam abrigadas e as constantes no livro de matrículas. Muitas vezes se constatou que crianças haviam saído, sem que se soubesse quando. Também se constatou que outras estavam abrigadas e não constavam do livro.

Espera-se conhecer, através da idade das crianças abrigadas, quem era categorizado como estando na infância. A origem e forma de encaminhamento das crianças poderão mostrar quais delas eram consideradas merecedoras de atendimento. Através do encaminhamento dado a elas, poderemos conhecer qual o entendimento de destino almejado. Os regimentos mostrarão a ideologia subjacente ao atendimento.

BIBLIOGRAFIA

ÁRIES, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1947.

KENNEDY, David. As raízes do estudo da infância: história social, arte e religião. In: KOHAN, Walter Omar e KENNEDY, David (orgs). *Filosofia e infância: possibilidades de um encontro*. Petrópolis: Vozes, 1999.

KISHIMOTO, Tisuko Morchida. *A Pré-escola em São Paulo (1877 a 1940)*. São Paulo: Edições Loyola, 1988.

KOHAN, Walter Omar. Filosofia e infância: pontos de encontro. In: KOHAN, Walter Omar e KENNEDY, David (orgs). *Filosofia e Infância: possibilidades de um encontro*. Petrópolis: Vozes, 1999.

KRAMER, Sonia. *A Política do Pré-escolar no Brasil – a arte do disfarce*. São Paulo: Cortez, 1995.

KUHLMANN Jr., Moysés e FERNANDES, Rogério. Sentidos da infância. In: FARIA Filho, Luciano Mendes de (org.). *A Infância e sua Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PEREIRA, Maria Aparecida Franco. *Santos nos Caminhos da Educação Popular*. São Paulo, Edições Loyola, 1996.

QUINTEIRO, Jucirema. Infância e educação no Brasil – um campo de estudos em construção. In: FARIA, Ana Lucia Goulart de et al. (orgs). *Por uma Cultura da Infância*. Campinas: Autores Associados, 2002.

WARTOFSKY, Marx. A construção do mundo da criança e a construção da criança do mundo. In: KOHAN, Walter Omar e KENNEDY, David (orgs). *Filosofia e Infância: possibilidades de um encontro*. Petrópolis: Vozes, 1999.